



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

**Acta n.º 04**

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA**

**REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE**

**FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZASSETTE**

----- Aos vinte e dois dias de mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezassete, na Sala de Sessões da **Câmara Municipal de Mora**, reuniu a **Câmara Municipal** sob a Presidência do **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, encontrando-se presentes os **Senhores Vereadores, Marco Filipe Barreiros Pires, João Filipe Chaveiro Libório, Hugo de Sousa Marques Carreiras e Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes**.-----

- **Período antes da Ordem do Dia:** Não houve assuntos presentes. -----

- **Aprovação da acta da reunião anterior:** Eram dez horas, o **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, declarou aberta a reunião após o que foi lida e assinada a acta da reunião anterior, que havia sido aprovada em minuta.--

- **Aprovação da Ordem de Trabalhos da presente reunião:** -----

- Seguidamente o **Senhor Presidente**, propôs a **Ordem de Trabalhos** anexa, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

- Deu-se então início à discussão da **Ordem de Trabalhos**. -----

----- **Ponto um: EXPEDIENTE DA DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO:** -----

----- **Ponto um - um: PROJETOS DE ESPECIALIDADES:** Presentes os seguintes **projectos de especialidades** em nome de: -----

- **Bruno Manuel Vieira Dias**, para alteração e ampliação de edifício sito na Rua de Angola nº. 14, em **Mora**, processo número 8/2016. -----

Deferido por unanimidade de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, devendo o requerente **cumprir** com o constante no mesmo. -----  
Deliberado também por unanimidade conceder a licença para a realização da

operação urbanística pelo prazo de **180 dias**. -----

----- **Ponto um - dois: OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO - AUTORIZA-**

**ÇÃO:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que foi apresentado, através do balcão do Empreendedor, pedido de autorização para **ocupação do espaço público com anúncio luminoso / iluminado / eletrônico**, nos termos dos números 4 e 5 do art.º 12.º do Decreto-Lei 48/2011 de 1 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 10/2015 de 16/01, em nome de **Luís Manuel Ameixeira Caeiro**. -----

De acordo com a declaração apresentada, o equipamento não cumpre com todos os critérios previstos no **Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público** - objeto dos Avisos 14737/2015 de 17/12 e 4858/2016 de 12/04 publicados na 2.ª série do Diário da República. -----

O pedido refere-se à instalação do elemento publicitário no estabelecimento localizado na Rua de S. Paulo, n.º 9 em **Pavia**, cuja atividade se refere à mediação de seguros. O procedimento aplicável à operação será o de autorização, uma vez que o equipamento não cumprirá com todos os critérios constantes do Regulamento supracitado, a saber: -----

- Artigo 64.º, n.º 1, alínea a) “Em ruas com passeios não exceder o balanço de 1,00 m em relação ao plano marginal do edifício, sem ultrapassar o limite externo do lancil;” - Artigo 64.º, n.º 1, alínea c) “A distância entre o solo e a parte inferior do anúncio não pode ser menor do que 2,00 m nem superior a 3,50 m.”

De facto, de acordo com informações prestadas pelo requerente, pedidos anteriores e foto anexa, o equipamento excederá o limite externo do lancil, uma vez que se trata de passeio com apenas 0,40 m, encontrando-se ainda a parte inferior do anúncio a 5 metros do solo. -----

Em conformidade com o artigo 7.º do Regulamento em causa confirma-se a possibilidade de dispensa dos critérios referidos, que integram o seu Capítulo IV. -----

Cumprе informar que o suporte em causa já foi autorizado anteriormente, com base no facto de se considerar que o mesmo não oferece qualquer tipo de inconveniente para a circulação viária e pedonal, pelo que se submete a decisão de Câmara a pretensão apresentada, entendendo-se que poderá ser tomada decisão equivalente. -----

Nestas circunstâncias, e em caso de deferimento, a decisão será registada no BdE, que processará as notificações adequadas, designadamente no que se refere a pagamento de taxas. Caso a taxa seja calculada automaticamente, o interessado receberá referência multibanco para pagamento, devendo os serviços proceder à emissão de guia de receita com o valor cobrado. O valor será recebido pela AMA, em conformidade com o protocolo celebrado, que depois o transferirá para o Município. -----

Deferido por unanimidade. -----

----- **Ponto um - três: PROCEDIMENTO TIPO POR CONCURSO PÚBLICO**

**"REQUALIFICAÇÃO DA ZONA DE RECREIO DA ESCOLA DE MORA" -**

**APROVAÇÃO DA CONTA FINAL:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que a **empreitada "Requalificação da zona de recreio da escola de Mora"** encontra-se concluída desde 2016-06-29 (data do auto de receção provisória), tendo sido elaborado o documento "Conta Final" em 2016-08-03. -----

O documento "Conta Final" foi submetido à aprovação do Empreiteiro, sendo posteriormente assinado por ambas as partes interessadas. O Dono da Obra,

Município de Mora, fez-se representar pelo Presidente da Câmara Municipal, conforme previsto no Código dos Contratos Públicos. -----

Face ao exposto solicita-se a aprovação do documento “Conta Final” que se encontra em anexo à presente informação. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar o documento “**Conta Final**” referente à **empreitada "Requalificação da zona de recreio da escola de Mora"**. -----

----- **Ponto dois: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE ACÇÃO SÓCIO CULTURAL:** -----

----- **Ponto três: EXPEDIENTE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** -----

----- **Ponto três - um: RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:** Foi presente o **Resumo Diário de Tesouraria** com data de ontem, o qual acusa o saldo em **Dotações Orçamentais** no valor de **1.996.829,22 €, um milhão novecentos e noventa e seis mil oitocentos e vinte e nove euros e vinte e dois cêntimos** e **Dotações não Orçamentais** no valor de **18.155,77 €, dezoito mil cento e cinquenta e cinco euros e setenta e sete cêntimos.** -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - dois: MAPA DE PAGAMENTOS AUTORIZADOS:** Presente mapa de pagamentos autorizados nos termos da alínea g) do artigo trinta e cinco da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, no valor de **25.842,81 €, vinte cinco mil oitocentos e quarenta e dois euros e oitenta e um cêntimos.** -----

A **Câmara** tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - três: INCUMPRIMENTO DA CLÁUSULA Nº. 9 DO CON-**

## **TRATO DE EXPLORAÇÃO DO QUIOSQUE DO JARDIM PÚBLICO DE**

**MORA:** Presente informação da **Secção Administrativa** informando que para os devidos efeitos legais, informando que o presente contrato de exploração do Quiosque do Jardim Público de Mora está em incumprimento por falta de pagamento das rendas devidas, desde agosto de 2016.-----

Os serviços respetivos procederem à notificação em carta registada c/aviso de receção, a qual veio devolvida com vista à interpelação do adjudicatário, para o pagamento das rendas vencidas e em mora, sem que à data se obtivesse o cumprimento de resposta ao ofício. -----

Pelo exposto e ao abrigo da clausula 8º do respetivo contrato a Câmara Municipal pode deliberar proceder à resolução imediata do contrato com os efeitos decorrentes da mesma clausula e da demais legislação em vigor. -----

Acresce que a resolução implica a entrega do estabelecimento no prazo de 30 dias após a comunicação da decisão de resolução e não confere direito a qualquer indemnização. -----

Mais se impõe a reversão imediata a favor da **Câmara Municipal** do valor da caução prestada. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade ao abrigo da clausula 8º do respetivo contrato proceder à resolução imediata do contrato com os efeitos decorrentes da mesma clausula e da demais legislação em vigor. -----

A resolução implica a entrega do estabelecimento no prazo de 30 dias após a comunicação da decisão de resolução e não confere direito a qualquer indemnização. -----

Mais se impõe a reversão imediata a favor da **Câmara Municipal** do valor da caução prestada.-----

----- **Ponto três - quatro: RENOVAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA:** Presente informação da **Divisão**

**Administrativa e Financeira** informando que a Lei 35/2014, de 20 de junho (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas), na sua redação atual, dispõe no seu artigo 32º que podem ser celebrados contratos de tarefa ou avença. -----

Por sua vez, a Lei que aprova o orçamento de Estado para o ano de 2017 (Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, adiante designada por LOE), no seguimento das diretrizes já adotadas em Orçamentos de Estado dos anos anteriores, veio introduzir um conjunto de medidas com vista a reduzir os encargos do estado e das entidades públicas em geral. -----

Entre outros, institui-se o procedimento de emissão de parecer prévio vinculativo obrigatório sobre os contratos de aquisição de serviços, designadamente nas modalidades de tarefa e avença, e bem assim naqueles cujo objeto seja consultoria técnica. -----

No que respeita às autarquias locais, veio referir-se, no n.º 7 do artigo 51º da LOE, que a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços carece de parecer prévio vinculativo do órgão de governo próprio da autarquia local, portanto, o órgão executivo. -----

Obrigaçãõ reiterada pelo n.º 1 do artigo 3.º, ambos da Portaria 149/2015, de 26 de maio, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio favorável e da autorização, previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, na atual redação. -----

Termos em que, para que seja renovado qualquer contrato de aquisição de serviços, em regime de tarefa ou avença, tem de se obter o parecer prévio favorável da **Câmara Municipal**. -----

Nesse sentido, e por o atrás exposto, e considerando que existe verba disponível em orçamento, submeto à consideração da Câmara Municipal o seguinte: ---

- **Luis Fernando Varela Nunes dos Santos**: coordenação e leccionamento de aulas de formação musical na Escola Municipal de Música, remuneração de 20,00€/hora (acrescido de Iva a 23%), duração de 1 ano. -----

- **Anabela Calhau Pires**: apoio e consultadoria jurídica, remuneração mensal de 1.000,00€ (acrescido de Iva a 23%), duração de 1 ano. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer prévio favorável às renovações para prestação de serviços acima referidas, dada a inexistência de recursos internos próprios para desenvolver estes trabalhos, nos termos da presente informação. -----

----- **Ponto quatro: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE:** -----

----- **Ponto cinco: EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:** -----

----- **Ponto cinco - um: DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE:** A **Câmara Municipal** tomou conhecimento dos seguintes **despachos** do **Senhor Presidente**: -----

- **Em que determinou**, atribuir o abono para falhas aos seguintes funcionários, dado que manuseiam dinheiro nas suas funções no **Núcleo Regional do Megalitismo**. -----

- **Margarida Sandra Coelho**; -----

- **Linda Sofia dos Santos Alves**; -----

- **Josélia Maria Poeiras Couvinha**. -----

**Mais determinou** que o presente despacho produza efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2017. -----

- **Em que determinou**, que seja concedida dispensa para a amamentação, de uma hora no período da manhã e outra no período da tarde, à funcionária Andrea Fernandes, de acordo com o disposto nos artigos 47º e 48º do Código do Trabalho. -----

O presente despacho produz efeitos a partir de 15 de fevereiro de 2017 e termina a 18 de setembro de 2017. -----

- **Em que determinou**, que o prazo para apresentação das propostas, referente ao procedimento por ajuste directo para a execução da "Empreitada de Ampliação de Infraestruturas do Loteamento Municipal da Quinta das Sesmarias", seja prorrogado pelo período de 13 dias (consecutivos), sabendo que as empresas da especialidade: J.Henrique Coelho, Lda. e Vitalvolt - Instalações elétricas, Lda., mostraram interesse em apresentar proposta, mas devido a problemas informáticos não lhes foi possível. -----

**Determinou também** aprovar o Caderno de Encargos, Programa de Concurso e Convite.-----

- **Em que determinou**, abrir procedimento tipo Concurso Público para "Aquisição de Aspirador Urbano Eléctrico", nos termos do Decreto-Lei número dezoito barra dois mil e oito, de vinte nove de Janeiro, na sua última redação. O prazo para apresentação de candidaturas é de 10 dias úteis a contar da data de publicação no Diário da República, em conformidade com o Caderno de Encargos e Programa de Concurso, tendo como preço base, 17.000,00 €. -----

**Determinou ainda** que o júri deste procedimento seja composto pelos Senhores, Vereador Hugo de Sousa Marques Carreiras, Vereador Marco Filipe Barreiro Pires e Engenheiro João Miguel Caramujo Ramos Endrenço sendo Presidente do mesmo o Vereador Hugo de Sousa Marques Carreiras, como membros



efetivos e Engenheiro António Godinho Mourão Costa e Arquitecto Vitor da Silva Mendes, como membros suplentes. -----

- **Em que aprovou** a 3ª. Alteração ao Orçamento da Despesa de 2017, a 3ª. Alteração às Grandes Opções do Plano 2017-2020 e 3ª. Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos 2017-2020. -----

----- **Ponto cinco - dois: CEDÊNCIA TRANSPORTES:** Presente informação do Senhor Presidente da Câmara informando que dando cumprimento ao estipulado no Regulamento de Cedência de Veículos de Passageiros do Município de Mora, propõe ao Executivo Municipal a aprovação da cedência de transporte às seguintes Instituições: -----

- **Grupo Recreativo e Rancho Folclórico de Cabeção**, nos dias 10 de Junho e 13 de Agosto, para atuações em Vila Velha de Rodão e Pombal;-----

- **Escola Básica/JI de Mora**, no dia 14 de Junho, para uma visita de estudo ao Badoca Safari Park, em Vila Nova de Santo André;-----

- **Escola EB 2,3/S de Mora**, no dia 10 de Março, para uma visita de estudo a Montemor-o-Novo; -----

- **Encontro de Jardins de Infância do Concelho**, no próximo dia 3 de Maio, em Cabeção; -----

- **Núcleo de Mora da Liga dos Combatentes**, no próximo dia 9 de Abril, para participarem nas Comemorações do Dia da Batalha; -----

-**Grupo Cantar Alentejo da Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Mora**, para apoio nas atuações nos dias 1 (Lisboa) e 23 de Abril (Palmela), 21 de Maio (Montemor-o-Novo) e 8 de Julho (Feijó). -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade **aprovar** a cedência de transporte às **Instituições** acima referidas. -----

----- **Ponto cinco - três: "AQUISIÇÃO DE ASPIRADOR URBANO ELÉTRICO":** Presente informação do **Serviço dos Fundos Comunitários** propondo **candidatar** a **"Aquisição de Aspirador Urbano Eléctrico" ao Fundo Ambiental Aviso nº. 557-A/2017.**-----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade **candidatar** a **"Aquisição de Aspirador Urbano Eléctrico" ao Fundo Ambiental Aviso nº. 557-A/2017** de harmonia com a presente proposta. -----

----- **Ponto seis: INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não houve público presente.

----- **Ponto sete: APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA DA PRESENTE REUNIÃO:** Aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO:** E não havendo mais nada a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, eram dez horas e trinta minutos, de tudo para constar se lavrou a presente acta. -----

E eu, Assistente Técnica exercendo  
funções na **Divisão Administrativa/Financeira**, para o efeito designada por  
deliberação tomada em reunião ordinária da **Câmara Municipal de Mora**, realizada no dia seis de Novembro de dois mil e treze, a lavrei, subscrevo e assino.-